



Enerpeixe S.A.

CNPJ nº 04.426.411/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.473	15.579
Concessionárias	5	24.197	19.451
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	17.247	31.327
Outros tributos compensáveis	6	5.965	2.147
Estoques		4.830	3.415
Outros créditos	10	1.036	712
Total do Ativo Circulante		96.748	72.631
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	11.419	10.394
Outros tributos compensáveis	7	89.232	83.439
Tributos diferidos	7	50.503	52.769
Cauções e depósitos vinculados	9	3.000	4.650
Outros créditos	10	210	311
		154.364	151.563
Imobilizado	11	1.158.015	1.193.398
Intangível	12	307.510	327.554
Total do Ativo Não circulante		1.465.525	1.520.952
Total do Ativo		1.619.889	1.672.515

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	11.193	11.518
Debêntures	15	13.356	270.176
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6		1.681
Outros tributos a recolher	6	9.168	8.583
Dividendos	14	3.926	
Uso do bem público	16	36.132	37.858
Provisões	17	11.142	9.153
Outras contas a pagar	10	4.338	5.408
Total do Passivo Circulante		89.255	344.377
Não circulante			
Debêntures	15	529.333	274.349
Outros tributos a recolher	6	33.063	39.237
Tributos diferidos	7	31	20
Uso do bem público	16	389.421	415.792
Provisões	17	15.415	16.076
Outras contas a pagar	10	1.030	803
Total do Passivo Não circulante		968.293	746.277
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	219.736	219.736
Reservas de capital	18.3	18.546	18.546
Reservas de lucros	18.3	432.088	427.491
Prejuízos acumulados		(11.281)	(11.281)
Total do Patrimônio Líquido		659.089	654.492
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.716.637	1.745.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2023	2022
Receitas	19	239.162	315.141
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(62.159)	(114.213)
Custo de operação		(80.239)	(81.322)
		(142.398)	(195.535)
Lucro bruto		96.764	119.606
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(5.193)	(5.933)
Outras despesas e receitas operacionais		(595)	41
		(5.788)	(5.892)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		90.976	113.714
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		11.108	15.666
Despesas financeiras		(91.148)	(141.938)
		(80.040)	(126.272)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		10.936	(12.558)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		546	(10.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.266)	(2.233)
		(1.720)	1.277
Resultado líquido do exercício		9.216	(11.281)
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	23		
ON		0,01106	(0,01354)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	9.216	(11.281)
Resultado abrangente do exercício	9.216	(11.281)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Geração do valor adicionado	294.868	372.391
Receita operacional	279.937	366.166
Receita relativa à construção de ativos próprios	14.710	6.225
Outras receitas	221	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(95.549)	(145.321)
Custos da energia comprada	(14.222)	(76.880)
Encargos de uso da rede elétrica	(54.252)	(48.952)
Materiais	(9.676)	(4.490)
Serviços de terceiros	(14.201)	(12.922)
Outros custos operacionais	(3.198)	(2.077)
Valor adicionado bruto	199.319	227.070
Retenções		
Depreciações e amortizações	(65.711)	(65.806)
Valor adicionado líquido produzido	133.608	161.264
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13.538	16.479
Valor adicionado total a distribuir	147.146	177.743
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	9.032	7.156
Benefícios	2.492	2.222
FGTS	781	524
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	34.433	37.114
Estaduais	52	55
Municipais	4	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	91.148	141.939
Aluguéis	(12)	10
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	4.619	
	142.549	189.024
Lucro (Prejuízo) do exercício	4.597	(11.281)
	147.146	177.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006.

O prazo inicial do contrato de concessão é de 35 anos a partir da data da sua assinatura, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 67,03 meses. Podendo, adicionalmente ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério do regulador, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Da energia assegurada de 266,60MWm, a Companhia possui comercializada 244,1MWm no ACL, pelo prazo de 1 ano, a partir de janeiro de 2023. O preço estabelecido do contrato em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 134,48 por MW/h.

Em 15 de junho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.998/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Peixe Angical de 07 novembro de 2036 para 11 de maio de 2042 que representa um acréscimo de extensão de 2.011 dias.

A Companhia a partir de 2024 possui 432MWm comercializados em contratos de venda no ACL, que variam entre 18MWm e 100MWm com duração de 1 ano com preços que variam entre R\$95,25 e R\$196,30 por MW/h, e para o ano de 2025 possui contratos comercializados entre 30MWm e 50MWm pelo prazo de 1 ano com preços que variam entre R\$127,98 e R\$255,49 por MW/h, todos os contratos são atualizados anualmente pelo IPCA.

No caso da energia gerada ser inferior à energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operam na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completam os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$37.284, corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$425.553 (R\$453.650 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões civis e fiscais (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.7 Normas novas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023



NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 17/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 17/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	Em 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 280,5MW para 266,6MW.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.
REN nº 1.041 de 23 de setembro de 2022	A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária, vigente desde julho de 2023. Essa norma impactou Companhia após o fim do ciclo de estabilização da TUST.

3.2 Prorrogação do prazo de vencimento de Debêntures

Em novembro de 2023, a Companhia prorrogou o vencimento da 3ª emissão de Debêntures, alterando a data de vencimento de 23/11/2023 para 23/11/2025, passando o custo da dívida de 112,48% do CDI a.a. para CDI +1,6% a.a.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	789	1.589
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	42.684	13.990
Total	43.473	15.579

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essa aplicação financeira está remunerada a taxas que variam entre 98,00% e 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. As aplicações são consolidadas por contraparte e *por rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5.1	24.197	16.253
Energia de curto prazo	5.2	3.198	19.451
		24.197	19.451

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado Receltas (Despesas) Operacionais		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	2023	2022	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	
Concessionárias (Nota 5)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2019 a 31/12/2022		10.324					217.868
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2023 a 31/01/2023						1.285	
EDP Trading	Controle Comum	01/02/2023 a 28/02/2023						2.234	
EDP Trading	Controle Comum	01/03/2023 a 31/03/2023						2.586	
EDP Trading	Controle Comum	01/05/2023 a 31/05/2023						2.056	
EDP Trading	Controle Comum	01/06/2023 a 30/06/2023						2.576	
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2023 a 30/09/2023						2.448	
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2023 a 31/12/2023	9.992					88.958	
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2023 a 31/12/2023	5.578					72.091	
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	01/01/2019 a 31/12/2023	8.694	5.215				103.132	136.086
			24.264	15.539				277.366	353.954
Fornecedores (Nota 13)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2019 a 30/11/2022							(22.663)
Encargos de uso da rede básica									
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	14/03/2006 a 07/11/2036			8	160			(160)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	04/01/2020 a 30/11/2036			1	1			(6)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/07/2021 a 30/11/2036			38	39			(351)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	01/03/2006 a 01/11/2036			41	47			(404)
EDP Goiás	Controle Comum	01/03/2006 a 01/11/2036			21	17			(219)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/07/2021 a 30/11/2036			3	4			(42)
Contrato de prestação de serviço									
EDP Trading	Controle Comum	21/11/2019 a 31/05/2023			51				(246)
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2023 a 20/11/2024			163	268			(604)
									(1.634)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)									
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2023			16				(767)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2026			116				
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2018 a 31/12/2027			273			916	(2.691)
					289			916	(2.691)
					116			916	(2.691)
					289			916	(2.691)
					163	268		916	273.041
									327.924

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 26.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investo, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desempenho das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

Este contrato de compartilhamento ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Investo, Energest, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investo, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia. Já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil.

O contrato foi anulado pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 01 de março de 2023, mantêm o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora fiscal EDP - Energias do Brasil alienou a coligada Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora fiscal.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação deve-se ao aumento no volume de energia vendida em 2023, devido a 4 novos contratos que foram firmados nos anos de 2019 e 2020 e que entraram em vigor para o ano de 2023.

5.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, às sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2023 quando comparado a 2022. Essa variação foi impactada substancialmente pela redução de 5% na garantia física de Enerpeixe a partir de janeiro de 2023, decorrente da Revisão Ordinária de Garantia Física 2022/2023 (Portaria GMMME nº 709/2022) (Nota 3.1).

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota 31/12/2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Adiantamento / sação de Pagamentos	Compensação / tributos	Transfêrencia	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	41.721		3.136	926	(18.607)	1.490	28.666
Total		41.721		3.136	926	(18.607)	1.490	28.666
Circulante		31.327						17.247
Não circulante		10.394						11.419
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	6.2	84.260	14.298	5.938		(10.002)		94.494
IRRF sobre aplicações financeiras		1.326	781			(1.404)		703
Total		85.586	15.079	5.938		(11.406)		95.197
Circulante		2.147						5.965
Não circulante		83.439						89.232
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.681	(546)		(1.286)		151	-
Total Circulante		1.681	(546)		(1.286)		151	-
Outros tributos a recolher								
ICMS		200	865		(356)			709
PIS e COFINS		1.898	28.258			(18.607)	(10.067)	1.482
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		277	971	8	(1.025)			231
IRRF sobre juros s/ capital próprio		-	693					693
Parcelamentos	6.3	45.084		(25)	(6.150)			38.909
Encargos com pessoal		361	2.226		(2.380)			207
Total		47.820	33.013		(17)	(9.911)	(18.607)	(10.067)
Circulante		8.583						9.168
Não circulante		39.237						

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		56	63		
Serviços em curso				36	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			116	289
Despesas pagas antecipadamente		307	607	58	22
Outros		673	42		
Total		1.036	712	210	311
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		144	148		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.1	1.709	1.292		
Encargos Setoriais	10.2	2.389	3.746		
Arrendamentos e alugueis		77	203	113	803
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			916	
Outros		19	19	1	
Total		4.338	5.408	1.030	803

10.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.2 Encargos Setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.3	795	2.321	(38)	(2.824)	254
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CUFURH		2.808	10.669		(11.500)	1.977
Outros encargos		143	1.891		(1.876)	157
Total Circulante		3.746	14.881	(38)	(16.200)	2.389

10.3 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos nos utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data-base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse destinado à CDE é de 30%.

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terenos		16.344		16.344		16.477		16.477
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	865.450	(297.526)	567.924	2,00	865.450	(280.105)	585.345
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	258.756	(93.831)	164.925	2,09	258.756	(88.428)	170.328
Máquinas e equipamentos	3,12	609.997	(318.201)	291.796	3,12	602.010	(299.053)	302.957
Veículos	14,29	1.902	(1.886)	16	14,29	1.902	(1.800)	102
Móveis e utensílios	6,51	3.391	(1.746)	1.645	6,51	3.391	(1.560)	1.831
Total		1.755.840	(713.190)	1.042.650		1.747.986	(670.946)	1.077.040
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(1.263)	1.201	3,41	2.464	(1.179)	1.285
Máquinas e equipamentos	3,10	154.772	(80.375)	74.397	3,10	157.880	(77.129)	80.751
Total		157.236	(81.638)	75.598		160.344	(78.308)	82.036
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,29	225	(93)	132	3,33	145	(14)	131
Máquinas e equipamentos	15,06	1.225	(558)	667	15,19	1.225	(375)	850
Veículos	14,29	833	(351)	482	14,29	833	(233)	600
Móveis e utensílios	10,22	982	(776)	206	10,22	982	(721)	261
Total		3.265	(1.778)	1.487		3.185	(1.343)	1.842
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,39	79	(79)	-	17,39	79	(59)	20
Total		79	(79)	-		79	(59)	20
Total do imobilizado em serviço		1.916.420	(796.685)	1.119.735		1.911.594	(750.656)	1.160.938
Ativos de direito de uso (Nota 11.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,92	155	(141)	14	10,93	856	(233)	623
Veículos	20,00	254	(102)	152	20,00	254	(51)	203
Total Ativos de direito de uso		409	(243)	166		1.110	(284)	826
Imobilizado em curso								
Geração		37.629		37.629		31.209		31.209
Administração		485		485		425		425
Total do imobilizado em curso		38.114	-	38.114		31.634	-	31.634
Total do imobilizado		1.954.943	(796.928)	1.158.015		1.944.338	(750.940)	1.193.398

11.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à locação de imóveis para diretores.
- **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023			31/12/2022		
										Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	CDI + 1,60% a.a.	Principal em parcela única em novembro/2025 e juros semestral	3.278	255.000	258.278	3.962	255.000	258.962
(-) Custos de emissão				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal			(259)	(259)	(93)	(93)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral	10.078	275.000	285.078	11.307	275.000	286.307
(-) Custos de emissão				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal			(408)	(408)	(651)	(651)
Total										13.356	529.333	542.689	15.269	254.907	274.349

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa. As debêntures não possuem garantias.

15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	
						de transação	em 31/12/2023
Circulante							
Principal	255.000				(255.000)		-
Juros	15.269		(78.292)	76.379	(127)	352	13.356
Custo de Transação	(93)	(132)	(78.292)	76.379	(255.127)	352	13.356
Total	270.176	(132)	(78.292)	76.379	(255.127)	352	13.356
Não circulante							
Principal	275.000			255.000			530.000
Custo de Transação	(651)	(143)		127			(667)
Total	274.349	(143)	-	255.127	-	-	529.333

15.3 Vencimento das parcelas

	Circulante	Não circulante
2024	13.356	
2025	137.471	391.862
2026	529.333	137.471
Total	542.689	542.689

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com reserções restritas.

As principais cláusulas prevendo a extinção dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

- Para todas as emissões:
 - (i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
 - (ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
 - (iii) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios;
 - (iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
 - (v) Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação; e
 - (vi) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.
- Específicas para a 3ª emissão:
 - (i) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
 - (ii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;
 - (iii) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$75.000; e
 - (iv) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;
 - (v) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$85.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; e
 - (vi) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas.
- Específicas para a 4ª emissão:
 - (i) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$85.000;
 - (ii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;
 - (iii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000.

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo índice de inflação IGP-M e ajustadas ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

11.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 11.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações Baixas	Reclassificação Reversão	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço							
Terenos		16.477		(133)			16.344
Reservatórios, barragens e adutoras		585.345		(17.421)			567.924
Edificações, obras civis e benfeitorias		171.764		(5.506)			166.258
Máquinas e equipamentos		384.558	7.988	(24.127)	(1.559)		366.860
Veículos		702		(204)			498
Móveis e utensílios		2.092		(241)			1.851
Total do imobilizado em serviço		1.160.938	-	7.855	(47.499)	(1.559)	1.119.735
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		623	82		(46)	(645)	14
Veículos		203	82		(51)		152
Total Ativos de direito de uso	11.1.1	826	82	-	(97)	-	(645)
Imobilizado em curso							
Terenos		19.836	236	133			20.205
Edificações, obras civis e benfeitorias		59			(12)		47
Máquinas e equipamentos		10.644	12.614	(7.988)	(328)		14.942
Adiantamento a fornecedores		-			1.534		

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$72.966 (R\$66.642 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

• Execução Fiscal ajudada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. Em 31 de dezembro de 2023 a contingência foi quitada com benefício econômico, em razão da inclusão do débito no Programa de Regularização Fiscal estadual (RFS.504 em 31 de dezembro de 2022). Com a referida quitação, a Companhia aguarda o encerramento do processo.

• Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.442. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza civil em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.848 (R\$2.611 em 31 de dezembro de 2022).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R\$1.559 (R\$1.625 em 31 de dezembro 2022). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2023
Circulante	9.153	(1.559)	477	3.058	13	11.142
Não circulante	9.445		186	(3.058)	358	6.931
Total	18.598	(1.559)	663	-	371	18.073

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$219.736 e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

Acionista	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	499.951.253	60,00	499.951.253	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.836	40,00	333.300.836	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

18.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicadas na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iii) O saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio (dividendo adicional proposto), integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.250/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Resultado apurado no exercício		9.216	(11.281)
Incentivos fiscais (SUDAM)	18.3.1	9.216	(5.214)
Lucro líquido ajustado		18.432	(16.495)
Constituição da reserva legal - 5%	18.3.2	(461)	
		8.755	(16.495)

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	14	4.619	
Reserva de lucros		4.136	
		8.755	
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		0,00554	

18.3 Reservas

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	18.3.1	18.546	18.546
		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Legal	18.3.2	60.409	59.948
Retenção de lucros	18.3.3	83.437	79.301
Incentivos fiscais	18.3.1	288.242	288.242
		432.088	427.491
		450.634	446.037

18.3.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

18.3.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

18.3.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	19.1	2.138.352	2.147.784	277.366	355.149
Energia de curto prazo	19.2	27.310	114.319	2.571	11.017
Receita operacional bruta		2.165.662	2.262.103	279.937	366.166
(+) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS		-	-	(25.894)	(33.870)
Encargos do consumidor	10.2			(2.321)	(3.171)
P&D				(10.669)	(12.280)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(1.891)	(1.704)
Outros encargos				-	(14.881)
				-	(40.775)
				2.165.662	2.262.103
				239.162	315.141

Receitas

19.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da redução do volume de energia vendida, porém valorado a um preço médio menor dos contratos, sendo no exercício de 2023 R\$ 130/MWh quando comparado a 2022 de R\$164/MWh, ocasionando assim, uma diminuição financeira dos contratos de suprimento de energia elétrica.

19.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício deve-se, substancialmente, pela redução das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2023 quando comparado ao ano de 2022, sendo que o principal motivo dessa variação se deve à revisão ordinária de garantia física (Nota 3.1), que reduziu a garantia física da Companhia em 5% a partir de janeiro de 2023.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme referido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada em crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2023				
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais	
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	12.725			12.725
Encargos de uso da rede elétrica		49.234			49.234
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		7.016	5.055	12.071
Material			1.015	53	1.068
Serviços de terceiros	20.3		6.108	(696)	5.412
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.267		45.267
Depreciação - Ativos de direito de uso			97		97
Amortização			20.339	8	20.347
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				675	675
Arrendamentos e aluguéis			(17)		(17)
Outras				(80)	(80)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				773	1.387
Outras			200	414	614
Total		62.159	80.239	5.193	595
				148.186	

	2022				
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais	
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	69.578			69.578
Encargos de uso da rede elétrica		44.424			44.424
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		6.877	3.562	10.439
Material			967		967
Serviços de terceiros	20.3		7.371	1.540	8.911
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.328		45.328
Depreciação - Ativos de direito de uso			141		141
Amortização			20.256	81	20.337
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(41)	(41)
Arrendamentos e aluguéis				10	10
Outras			211	372	583
Total		114.213	81.322	5.933	(41)
				201.427	

	2022				
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais	
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	69.578			69.578
Encargos de uso da rede elétrica		44.424			44.424
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		6.877	3.562	10.439
Material			967		967
Serviços de terceiros	20.3		7.371	1.540	8.911
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.328		45.328
Depreciação - Ativos de direito de uso			141		141
Amortização			20.256	81	20.337
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(41)	(41)
Arrendamentos e aluguéis				10	10
Outras			211	372	583
Total		114.213	81.322	5.933	(41)
				201.427	

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

Contratos de compra de energia por quantidade

Energia de curto prazo

Outros

(-) Créditos de PIS/COFINS

Total

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

Para o exercício de 2023 não houve necessidade de compra de energia para atender a exposição financeira negativa na CCEE, quando comparado ao ano de 2022, período em que ocorreram condições hidrológicas adversas e preços de mercado mais altos com relação ao PLD.

20.2 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	5.455	4.473
Encargos	1.940	1.680
Previdência privada - Corrente	160	83
Programa de demissão voluntária		4
Despesas rescisórias		342
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		932
Outros benefícios - Corrente		2.175
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		5
(-) Créditos de tributos recuperáveis		3
	10.365	9.277

Administradores		
Honorários e encargos	1.554	1.146
Benefícios dos administradores	152	16
	1.706	1.162
	12.071	10.439

20.3 Serviços de terceiros

	2023	2022
Serviços de consultoria	1.660	1.044
Serviços de manutenção	2.315	3.723
Serviços de limpeza e vigilância	1.654	1.667
Serviços ambientais	599	328
Serviços de informática	1.432	1.139
Serviços de publicação e publicidade	139	133
Serviços de telecomunicações	425	417
Serviços de transporte	223	151
Serviços Compartilhados	(6)	654
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(3.946)	(1.455)
Outros	917	1.110
	5.412	8.911

21 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		3.888	6.985
Energia vendida		302	608
Depósitos judiciais		246	193
Juros e multa sobre tributos	6	9.074	8.693
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	21.1	(2.430)	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco exposição	Saldo da		Até 1 a 5		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		ano	anos	Provável	risco em 25%					
Aplicação financeira - CDB	CDI	42.684	3.337	3.337	827	1.652	(830)	(1.663)	(26)	(26)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	152	13	37	50	14	28	(13)	(13)	(26)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	42.836	3.350	37	3.387	841	1.680	(843)	(1.689)	(26.89)
Debêntures	CDI	(543.356)	(38.427)	(27.426)	(65.853)	(13.272)	(26.687)	(14.068)	28.006	28.006
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(543.356)	(38.427)	(27.426)	(65.853)	(13.272)	(26.687)	14.068	28.006	28.006
		(500.520)	(35.077)	(27.389)	(62.466)	(12.431)	(25.007)	13.225	26.317	26.317

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 8,0% e 11,7% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					AVP	Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	9.540	1.494	159			11.193	11.518	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				916		916	-	
Debêntures			13.356	529.333		542.689	544.525	
Uso do bem público	3.108	6.214	27.963	113.145	546.866	(271.743)	425.553	453.650
Arrendamentos e aluguéis	7	13	63	147		(40)	190	1.006
Licenças ambientais	332	3.218	7.656	7.271		(404)	18.073	18.598
	12.987	10.939	49.197	650.812	546.866	(272.187)	998.614	1.029.297

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui Debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, podem provocar uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumento dos custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco ocorre pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquela que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Classificação da instituição financeira			
AAA		41.773	13.990
AA		911	
	4	42.684	13.990

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores do opinio.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2023	31/12/2022
Total das debêntures	542.689	544.525
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(43.473)	(15.579)
Divida líquida	499.216	528.946
Total do Patrimônio Líquido	659.089	654.492
Total do capital	1.158.305	1.183.438
Índice de alavancagem financeira - %	43,10%	44,70%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	2023		Saldo em 31/12/2023
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	14	-		3.926	3.926
Debêntures	15.1	544.525 (78.567)		76.731 (563)	542.689 190
Arrendamentos e aluguéis		1.006 (304)	51	80.094	546.805
		545.531 (78.871)	51	80.094	546.805
			2022		
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Debêntures		645.482 (184.255)		83.298	544.525
Arrendamentos e aluguéis		978 (203)	123	108	1.006
		646.460 (184.458)	123	83.406	545.531

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Reversão (Constituição) de dividendos e JSCP a pagar	3.926	236
Capitalização no Imobilizado relativo a contingências	236	(533)
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(533)	108
Total	3.599	108

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais	444	656	2		1.102	2.539
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	18.995	16.397	1.854	645	37.891	42.899
Juros Vincendos de Debêntures	61.505	39.748			101.253	119.271
	80.944	56.801	1.856	645	140.246	164.709

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais	431	701	3		1.135	2.625
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	18.421	17.435	2.242	950	39.048	44.845
Juros Vincendos de Debêntures	71.803	57.147			128.950	144.396
	90.655	75.283	2.245	950	169.133	191.866

26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta a garantia do tipo Outros na modalidade Seguro garantia, no montante de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro de 2022). Os valores em garantias de Provisões (Nota 17), estão demonstrados em sua respectiva nota.

27 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	94.173	94.173	94.173	94.173
Usina	684.170	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	31.409	31.409	31.409	31.409
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829	829
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	7.286	(*)	6.485	(*)

(*) Na Companhia o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.583;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$238.995; e
- (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

28 Evento subsequente

28.1 Compensação de prejuízo

Em reunião de Diretoria da Companhia realizada em fevereiro de 2024, foi aprovada a compensação do prejuízo acumulado do exercício de 2022, no montante de R\$11.281, mediante a capitalização de saldo da Reserva Legal da Companhia, e o montante de R\$4.719, também reduzido da Reserva Legal, como aumento de capital, sem emissão de novas ações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	André Millions Coutinho Conselheiro	Jonatan Ross Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro		
Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro Conselheira		

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

José Gleyson Fernandes Silva Diretor-Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Alankardek Ferreira Moreira Diretor de Operação
---	---

CONTABILIDADE

Leandro Carr
